

Economia

Editor: Luiz Guimarães
economia@jornaldocomercio.com.br

LOGÍSTICA

MP dos Portos é sancionada com 13 vetos

Segundo previsão do governo, primeiro lote de autorizações para novos portos deverá sair no mês de outubro

A presidente Dilma Rousseff sancionou a nova Lei dos Portos, com 10 vetos ao texto aprovado pelo Congresso Nacional em maio. Os vetos englobam 13 pontos, e os principais referem-se a dispositivos que tratavam da renovação e prorrogação de concessões de portos e da garantia de concorrência que o novo marco regulatório quer implementar. “Os vetos foram feitos para garantir o objetivo principal da lei, que é permitir a abertura e a competitividade do setor e afastar qualquer insegurança jurídica”, justificou a ministra Gleisi Hoffmann, chefe da Casa Civil.

Entre os vetos estão trechos do Artigo 57 da lei, que tratava da prorrogação de contratos firmados a partir de 1993. Dilma vetou o dispositivo que permitia a prorrogação desses contratos desde que o arrendatário promovesse os investimentos para expansão e modernização dos portos. Na justificativa, a presidente argumentou que o texto “extrapola os termos dos contratos de arrendamento vigentes” e tenta estabelecer “salvaguardas contra a ampliação do setor” para os terminais que já estão em funcionamento, inviabilizando o aumento da concorrência no setor.

Também foi vetado o ponto que tratava da prorrogação dos contratos de concessão e arrendamento vigentes. O



Regulamentação da nova lei está prevista para daqui a 15 dias, afirma Gleisi Hoffmann

Congresso retirou do texto a expressão “a critério do Poder Concedente”, o que, na prática, criaria um mecanismo de prorrogação automática. “Tal modificação retira

do Poder Executivo a prerrogativa de avaliar a conveniência e a oportunidade de cada prorrogação, prejudicando sua capacidade de planejamento e gestão do setor

portuário e violando o princípio constitucional da separação dos poderes.”

Outro veto retira da lei o conceito de terminal-indústria para dar fim à distinção entre carga própria e de terceiros. Na avaliação do governo, a restrição da utilização de um terminal apenas para carga própria reduziria a competitividade e poderia travar o setor. A presidente também vetou o trecho que dava exclusividade da segurança dos portos à guarda portuária e um artigo relativo ao cadastro de mão de obra avulsa para trabalho nos portos, porque não deixava claro o alcance do novo cadastro e dava margem a um conflito com as funções do Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo).

Segundo Gleisi Hoffmann, o governo está trabalhando na regulamentação da nova lei, que deverá sair em 15 dias. A regulamentação de trechos relativos aos trabalhadores será discutida separadamente, com a participação dos representantes do setor e de representantes da Previdência e do Trabalho. Com a sanção, o governo espera publicar os estudos para as primeiras concessões de arrendamento de portos no começo de julho. No primeiro bloco estarão 52 terminais do Porto de Santos e da Companhia Docas do Pará. Já o primeiro lote de autorizações para novos portos deverá sair em outubro.

Economista culpa governo por problemas em serviços privatizados

No Brasil dos sonhos do economista Rodrigo Constantino, apenas a área da segurança pública não deveria ser privatizada. O resto teria mais eficiência e atenderia melhor aos consumidores ou cidadãos se estivesse nas mãos de empresas privadas. Da Petrobras, que deveria ser vendida “amanhã”, à educação, que seria custeada por meio de vales a serem repassados às famílias para sustentar a escola de sua preferência. Autor do livro *Privatize Já*, lançado no ano passado, Constantino disse ontem, em Porto Alegre, onde foi o palestrante do evento Tá na Mesa, da Federasul, que o País preci-

sa de uma ação ao estilo da ex-primeira-ministra Margaret Thatcher, que morreu em abril e foi o símbolo das reformas liberais dos anos de 1990.

Constantino, que narra no seu livro os casos de sucesso e fracasso do modelo privatizante do período tucano, disse que problemas com serviços de telefonia móvel ou mesmo o baixo investimento e ampliação da malha ferroviária são causados por ineficiência do Estado. No caso da telefonia, que gerou multas a empresas em 2012, o economista atribuiu as limitações de qualidade de sinal a entraves para conseguir

licenças para instalar antenas de rádio, o que depende de legislação local e da atuação de órgãos públicos. A baixa oferta de malha de trilhos para melhorar a infraestrutura foi indicada como um efeito da rede sucateada herdada pelas companhias, como a ALL, que ficou com a operação da antiga rede Ferroviária Federal no Sul.

O economista criticou o modelo de venda de estatais aplicado nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso. “Foi malfeito e serviu para resolver problema de caixa do governo”, apontou o autor de *Privatize Já*, integrante do Instituto de Estudos Empre-

sariais (IEE), que promove anualmente o Fórum da Liberdade. Entre os ícones da fase privatizante, Constantino indicou como exemplos do que deu certo a Embraer e Vale. “No caso da mineradora, a eficiência foi verificada enquanto estava sob comando de Roger Agnelli (até 2011). A interferência política (governo federal) ameaça a estrondosa conquista da ex-estatal”, criticou o palestrante, que discorda do ingresso da empresa na siderurgia. A influência da União se daria por meio dos fundos de pensão, que detêm parte considerável do capital acionário da Vale.

O escritor considera que o

repasso ao setor privado é possível solução para os problemas de má gestão dos serviços públicos. Para ele, os gargalos existentes em setores de infraestrutura e outros segmentos se devem à presença do Estado. “O governo não deve ser empresário”, justificou. Constantino lembrou que na área privada quem não entrega produtos e serviços de qualidade não fica no mercado. Funções regulatórias devem ser mantidas com o Estado, “mas devem ser simples e isonômicas”. “Defendo a ideia de que, se buscarmos com uma lupa onde há problemas, sempre se encontrará as digitais do governo.”

COMUNICAÇÃO

19º Festival Mundial de Publicidade de Gramado inicia com homenagens

Com foco voltado ao conteúdo, o 19º Festival Mundial de Publicidade de Gramado iniciou nesta quarta-feira, em Gramado, com o tema central Razão & Emoção. A solenidade de abertura marcou o fim do dia no Serra Park com o discurso em formato de vídeo do presidente do evento, o publicitário Mauro Dorfman. A mensagem falou sobre uma revolução humana com a participação dos atores de *Tangos & Tragédias*, Hique Gomes e Nico Nicolaiewsky. No vídeo, razão e

emoção foram tratados de forma bem humorada, reunindo música e conteúdo.

Ao lado de autoridades políticas e de comunicação, o presidente iniciou o evento com a entrega da Medalha Maurício Sirotsky Sobrinho, a maior láurea do evento. Patrícia Poeta, apresentadora do *Jornal Nacional*, da TV Globo; João Vontobel, presidente honorário do Conselho de Administração da Vonpar; Armando Ferrentini, jornalista e diretor-presidente da

Editora Referência; Julio Mottin, presidente do Grupo Dimed-Panvel; e Luiz Coronel, presidente institucional da Alap, receberam a honraria. Patrícia Poeta falou em nome dos homenageados. “Receber um reconhecimento em casa, no Rio Grande do Sul, é muito especial. Sem propaganda não seria possível fazer o trabalho que faço hoje, sem propaganda não existiria, por exemplo, o *Jornal Nacional*”, disse.

Na ocasião, também foi entregue

o Troféu Publicista Latino-americano para publicitários da América Latina. O reconhecimento destacou profissionais responsáveis por relevantes serviços em benefício da profissionalização e desenvolvimento da atividade publicitária.

Orlando Marques, presidente da Abap nacional, recebeu a distinção e, em nome dos colegas agraciados, destacou a relevância da propaganda para a defesa da liberdade.